

**Matéria do Jornal Nexo:** Faces da precarização do mercado de trabalho no Brasil

**Fonte:** <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/Faces-da-precarização-do-mercado-de-trabalho-no-Brasil> acessado em 20 de fevereiro de 2022

## **Faces da precarização do mercado de trabalho no Brasil**

Cristiane Leite, Ergon Silva, Letícia Collado, Vinícius Nogueira e Yasmin Pinheiro

19 de junho de 2021



Os desalentados, grupo formado por pessoas que desejam trabalhar, porém deixaram de procurar trabalho, cresceu cerca de três vezes de 2014 a 2019 no Brasil.

A precarização do trabalho é um processo internacional que tem se verificado com intensidades distintas em vários países. Inúmeros indicadores sociais demonstram a centralidade da categoria “precariado”: contratos terceirizados e/ou informais, baixos salários, alta rotatividade e exposição extrema ao risco social do trabalho. Em 2020, a pandemia da covid-19 escancarou a vulnerabilidade e precariedade do mercado de trabalho, tanto pelo aumento da informalidade quanto do desemprego e desalento.

Aos que puderam se isolar, o home office se tornou realidade que, na prática, transferiu os custos do trabalho aos trabalhadores. Com o crescimento das demandas pelo trabalho uberizado e a flexibilização dos contratos em vários setores, diversas faces da precarização do trabalho se manifestam, mas é na relação entre desalento e pejetização que é possível observar uma massa de trabalhadores migrando para a vulnerabilidade.

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2018, existem diversos motivos para que as pessoas desistam de procurar trabalho: não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, não ter experiência profissional ou qualificação. Os desalentados, grupo formado por pessoas que desejam trabalhar, porém deixaram de procurar trabalho, cresceu cerca de três vezes de 2014 a 2019 no Brasil, partindo de 1,46 milhões e chegando a 4,98 milhões.

Como aponta o estudo de Saboia, crises econômicas historicamente acentuam a taxa de desemprego e deixam como herança aumento dos desalentados. Com a pandemia da covid-19 e suas implicações na atividade econômica, tais índices tendem a aumentar. A

PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) covid-19 mostra que o contingente total de desalentados apresentou crescimento expressivo nos primeiros meses de pandemia, atingindo seu pico em julho de 2020, com 28,25 milhões de pessoas.

## DENTRE AS FACES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO IMPULSIONADA PELA PANDEMIA, A RELAÇÃO ENTRE A CRESCENTE HERANÇA DO DESALENTO E DA PEJOTIZAÇÃO TEM EVIDENCIADO A FRAGILIDADE DO CONTEXTO ENFRENTADO NO BRASIL

Além disso, dados de 2020 do IBGE mostram que parcela considerável do total de desalentados são residentes de domicílios em que alguém recebe auxílio emergencial. Neste sentido, o auxílio reprimiu, parcialmente, a retração econômica – em geral, tais famílias em vulnerabilidade o utilizam para compra de bens imediatos que movimentam a economia local. No entanto, com a redução de seu valor e o relaxamento das políticas de isolamento social, já se observa uma massa populacional voltando a buscar emprego – mesmo com a pandemia tendo suas máximas históricas.

Neste contexto, o enxugamento do auxílio emergencial somado à descoordenada gestão do isolamento social tende a propiciar dois cenários: parte dos desalentados deve passar a procurar trabalho e migrar para o contingente de desempregados; parte deles deve permanecer em situação de desalento permanentemente, como herança deste período de crise.

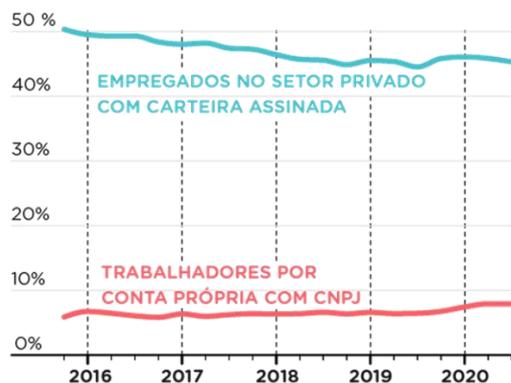
De qualquer forma, o impacto expressivo da redução do valor do auxílio emergencial deverá ter efeitos no mercado de trabalho que vão além da dualidade emprego/desemprego, impactando o já significativo grupo de pessoas que se encontram em situação de desalento, além de possivelmente retrair o potencial de consumo, de arrecadação e a atividade econômica.

Em outra face da precarização, a pejotização ocorre quando a mão de obra é contratada com o empregado na posição de pessoa jurídica, ao invés de pessoa física. Tal modalidade é, certamente, do interesse do empregador, que deixa de ser onerado por custos tais como pagamento de benefício do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) e seguro-desemprego. Do lado do empregado, flexibiliza-se a jornada de trabalho e se reduz o Imposto de Renda. No entanto, internaliza-se individualmente diversos custos, como os do CNPJ, e perde-se os direitos trabalhistas clássicos. O fato de a decisão de pejotizar ser, principalmente, do empregador, entretanto, é um forte indício de que apenas esta parte do acordo é beneficiada.

Os gráficos abaixo – com dados da PNAD Contínua de 2020 – permitem visualizar a pejotização no estado de São Paulo por meio da quantidade de trabalhadores com carteira

assinada e a relação com os trabalhadores com CNPJ. O primeiro mede a proporção de trabalhadores de cada modalidade; enquanto o segundo evidencia a razão entre ambos:

**PORCENTAGEM DE TRABALHADORES DE CADA MODALIDADE, POR TRIMESTRE**  
Em relação ao total de pessoas com 14 anos ou mais



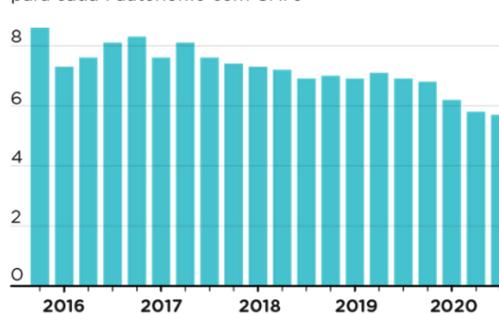
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral, do IBGE.

NEXO

**RAZÃO ENTRE TRABALHADORES DE CADA MODALIDADE, POR TRIMESTRE**

Número de empregados no setor privado dividido pelo número de trabalhadores por conta própria com CNPJ

10 trabalhadores do setor privado para cada 1 autônomo com CNPJ



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral, do IBGE.

NEXO

A tendência de queda da participação de empregados com carteira assinada (de 50,31% para 45,29%) é simultânea ao aumento da parcela da população que trabalha com CNPJ (de 5,88% até 7,89%), indicando que a pejetização foi um processo presente entre 2015 e 2020 no estado. O cenário de incerteza econômica levou, por hipótese, empregadores a optar por formas de contratação de menor custo de demissão como uma forma de se preparar para a possível interrupção da produção.

A análise dos setores produtivos desses CNPJs indica de forma ainda mais robusta que o aumento de fato ocorreu graças à pejetização, e não à elevação, por exemplo, do número de autônomos. Afinal, os dados da PNAD Contínua de 2020 mostram também que a variação foi mais acentuada nas áreas típicas do fenômeno: publicidade, jornalismo, arquitetura e saúde, com destaque para psicólogos e enfermeiros. No conjunto, se avolumaram tanto que aumentaram a participação no total de CNPJs do estado: de 25,75% para 30,53% entre o último trimestre de 2019 e o terceiro de 2020.

Dentre as faces de precarização do trabalho impulsionada pela pandemia, a relação entre a crescente herança do desalento e da pejetização tem evidenciado a fragilidade do contexto enfrentado no Brasil. Infelizmente, o futuro não é animador. O novo auxílio emergencial foi reduzido em valores e número de atendidos, mesmo com a continuidade da crise econômica, sanitária e social. Além disso, lidamos com o lento ritmo de vacinação e a ampliação do custo de vida, com aumentos de preços em produtos de cesta básica. Tais fatores, combinados com o aumento do desemprego e a precarização do trabalho, deixam os trabalhadores ainda mais vulneráveis à fome e ao vírus, enquanto a descoordenação federal vira tendência em múltiplas áreas.

**Cristiane Kerches da Silva Leite** é professora no curso de graduação em gestão de políticas públicas e no PromusPP (Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (Universidade de São Paulo). Pesquisadora do OIPP (Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas Professor Doutor José Renato de Campos Araújo).

**Ergon Cugler de Moraes Silva** é pesquisador da USP, associado ao OIPP (Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas), colaborador do OxCGRT (Oxford Covid-19 Government Response Tracker) e representante da sociedade civil para São Paulo na Comissão da Agenda 2030 da ONU.

**Letícia Figueiredo Collado** é arquiteta e urbanista pela PUC-Campinas, pesquisadora do NEEPP (Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas) na USP e colaboradora do OxCGRT (Oxford Covid-19 Government Response Tracker).

**Vinicius Nogueira** é pesquisador de economia do setor público na FEA-USP (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo), foi membro da gestão da FEA Social (2019) e da coordenação da FEA Pública (2020).

**Yasmin Pinheiro** é pesquisadora júnior do CEM-USP (Centro de Estudo da Metrópole da Universidade de São Paulo), colaboradora do OxCGRT (Oxford Covid-19 Government Response Tracker) e graduanda em gestão de políticas públicas na USP. Os artigos publicados no nexo ensaio são de autoria de colaboradores eventuais do jornal e não representam as ideias ou opiniões do Nexo. O Nexo Ensaio é um espaço que tem como objetivo garantir a pluralidade do debate sobre temas relevantes para a agenda pública nacional e internacional. Para participar, entre em contato por meio de [ensaio@nexojornal.com.br](mailto:ensaio@nexojornal.com.br)